BALANÇO PATRIMONIAL

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Março de 2019

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....2

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....5

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....8

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 10

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 11

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....15

PARECER DO CONSELHO FISCAL.....46

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

Pouso Alegre – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado (déficit), do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Execução fiscal e notificação do INSS

Conforme mencionado na nota explicativa 20 (ii), a Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação fiscal do INSS, que totalizam R$ 143.584.569 em 31 de dezembro de 2018. Os processos se relacionam a questões ligadas à imunidade tributária de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Administração da Fundação, amparada na opinião da sua assessoria jurídica, não consignou nenhuma provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Indeferimento na certificação do CEBAS

Conforme mencionado na nota explicativa 20 (iii), através da portaria nº 829 de 28 de novembro de 2018, o secretário de regulamentação e supervisão da educação superior, indeferiu o pedido de concessão/renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) para a Fundação, por contrariar os requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 contendo os fundamentos na respectiva Nota Técnica 1846/2018-SERES/MEC sobre o processo 23123.001405/2012-16. A administração da entidade no prazo estabelecido apresentou recurso de defesa sobre o indeferimento, o qual tramita na esfera administrativa. Contudo, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não contemplam quaisquer ajustes que seriam requeridos para o caso de ser definitivamente indeferido o pedido de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), o qual ainda se encontra em julgamento. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 08 de março de 2019.

BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2

Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Atividade de ensino	
Ativo	2018	2017
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.340.391	215.492
Títulos e valores mobiliários	116.414	257.842
Mensalidades a receber	7.821.820	7.319.949
Acordos a receber	1.584.061	2.523.287
Atendimentos hosp. a receber	-	-
Convênios a receber com restrição	751.365	1.479.316
Estoques	48.149	30.946
Outros créditos	797.137	680.219
Despesas antecipadas	126.824	125.940
Total do ativo circulante	**13.586.161**	**12.632.991**
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Despesas antecipadas	-	-
Acordos a receber	1.788.661	1.487.873
Depósitos judiciais	744.610	821.498
Imobilizado	50.029.551	49.549.358
(-) Depreciação acumulada	(9.881.116)	(8.983.772)
Intangível	4.210.243	3.822.886
(-) Amortização acumulada	(3.309.317)	(2.936.445)
Total do ativo não circulante	**43.582.632**	**43.761.398**
Total do ativo	**57.168.793**	**56.394.389**

	Atividade de saúde	
Ativo	2018	2017
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	10.880.133	3.992.222
Títulos e valores mobiliários	1.683.220	1.908.479
Mensalidades a receber	-	-
Acordos a receber	19.964	6.530
Atendimentos hosp. a receber	18.867.397	21.561.728
Convênios a receber com restrição	4.852.634	4.260.550
Estoques	2.191.874	1.528.208
Outros créditos	409.551	399.208
Despesas antecipadas	2.298	3.902
Total do ativo circulante	**38.907.071**	**33.660.827**
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Despesas antecipadas	-	-
Acordos a receber	419	419
Depósitos judiciais	9.259	101.806
Imobilizado	51.390.502	50.552.788
(-) Depreciação acumulada	(15.892.661	(14.214.701
Intangível	2.733.715	2.272.894
(-) Amortização acumulada	(1.398.369)	(990.610)
Total do ativo não circulante	**36.842.865**	**37.722.597**
Total do ativo	**75.749.936**	**71.383.424**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Atividade de ensino	
Passivo	2018	2017
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	45.351
Fornecedores	283.342	263.412
Obrigações sociais e provisões de férias	5.173.878	5.089.275
Impostos e contribuições a recolher	1.368.712	1.301.826
Outras obrigações	3.195.192	3.547.532
Recursos de projetos em exec. c/ restrição	964.375	1.738.516
Total do passivo circulante	**10.985.499**	**11.985.912**
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	-
Fornecedores	-	-
Outras obrigações	76.248	134.160
Provisão para demandas judiciais	2.095.262	2.577.034
Total passivo não circulante	**2.171.510**	**2.711.194**
Patrimônio liquido		
Patrimônio social	11.552.846	11.552.846
Reserva de reavaliação	28.759.847	28.938.321
Superávit acumulado	3.699.091	1.206.116
Total do patrimônio liquido	**44.011.784**	**41.697.283**
Total do passivo	**57.168.793**	**56.394.389**

	Atividade de saúde reapresentado	
Passivo	2018	2017
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	6.509.069	12.332.059
Fornecedores	11.343.405	9.496.608
Obrigações sociais e provisões de férias	6.511.867	6.518.700
Impostos e contribuições a recolher	555.592	553.290
Outras obrigações	545.210	486.130
Recursos de projetos em exec. c/ restrição	6.652.624	6.167.414
Total do passivo circulante	**32.117.767**	**35.554.201**
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	46.243.198	25.368.951
Fornecedores	-	152.507
Outras obrigações	-	-
Provisão para demandas judiciais	2.824.589	1.960.174
Total passivo não circulante	**49.067.787**	**27.481.632**
Patrimônio liquido		
Patrimônio social	5.494.141	5.494.141
Reserva de reavaliação	11.800.670	11.912.536
Déficit acumulado	(22.730.429)	(9.059.086)
Total do patrimônio liquido	**(5.435.618)**	**8.347.591**
Total do passivo	**75.749.936**	**71.383.424**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

Ativo	Nota explicativa	2018	2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.220.524	4.207.714
Títulos e valores mobiliários	6	1.799.634	2.166.320
Mensalidades a receber	7	7.821.820	7.319.949
Acordos a receber	8	1.604.025	2.529.817
Atendimentos hosp. a receber	9	18.867.397	21.561.728
Convênios a receber com restrição	10	5.603.999	5.739.866
Estoques	11	2.240.023	1.559.154
Outros créditos	12	1.206.688	1.079.428
Despesas antecipadas		129.122	129.842
Total do ativo circulante		**52.493.232**	**46.293.818**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas antecipadas		-	-
Acordos a receber	8	1.789.080	1.488.292
Depósitos judiciais	12	753.869	923.304
Imobilizado	13	101.420.053	100.102.147
(-) Depreciação acumulada	13	(25.773.777)	(23.198.473)
Intangível	14	6.943.958	6.095.780
(-) Amortização acumulada	14	(4.707.686)	(3.927.055)
Total do ativo não circulante		**80.425.497**	**81.483.995**
Total do ativo		**132.918.729**	**127.777.813**

Passivo	Nota explicativa	2018	reapresentado 2017
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	6.509.069	12.377.410
Fornecedores	16	11.626.747	9.760.020
Obrigações sociais e prov. de férias	17	11.685.745	11.607.975
Impostos e contribuições a recolher		1.924.304	1.855.116
Outras obrigações	18	3.740.402	4.033.662
Recursos de proj. em exec. c/ restrição	19	7.616.999	7.905.930
Total do passivo circulante		**43.103.266**	**47.540.113**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	46.243.198	25.368.951
Fornecedores	16	-	152.507
Outras obrigações	18	76.248	134.160
Provisão para demandas judiciais	20	4.919.851	4.537.208
Total passivo não circulante		**51.239.297**	**30.192.826**
Patrimônio liquido			
Patrimônio social		17.046.987	17.046.987
Reserva de reavaliação		40.560.517	40.850.857
Déficit acumulado		(19.031.338)	(7.852.970)
Total do patrimônio liquido	21	**38.576.166**	**50.044.874**
Total do passivo		**132.918.729**	**127.777.813**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	2018	2017
Receita bruta educacional	**90.178.704**	**95.562.672**
Receita de mensalidade ed. Básica	15.356.841	14.217.193
Receita de mensalidades ed. Superior	69.716.464	70.399.659
Outras receitas operacionais	5.031.156	10.875.933
Doações	74.243	69.887
(-) Deduções da receita bruta	**(17.400.395)**	**(14.732.662)**
Bolsas concedidas integrais - lei 12.101/09	(2.549.698)	(2.305.175)
Bolsas concedidas – prouni	(7.161.584)	(6.692.795)
Bolsas concedidas integrais - lei 11.096/05	-	(16.932)
Bolsas concedidas parciais - lei 11.096/05	-	(15.312)
Bolsas concedidas parciais – lei 12.101/09	(713.798)	(1.152.157)
Programa de apoio a bolsistas	-	(234.085)
Outras bolsas concedidas	(153.785)	(128.857)
Descontos concedidos	(3.931.962)	(3.378.867)
Descontos incondicionais	(2.889.568)	(808.482)
(=) Receita líquida da atividade	**72.778.309**	**80.830.010**
(-) Custos	**(52.361.686)**	**(48.531.223)**
(=) Superávit bruto	**20.416.623**	**32.298.787**
Outras receitas operacionais	**16.168.650**	**15.591.974**
Outras receitas não operacionais	-	-
Programas com Restrição	120.381	16.124
Isenção usufruída	16.048.269	15.575.850
(-) Despesas operacionais da atividade	**(16.612.695)**	**(19.605.834)**
Pessoal	(10.859.231)	(10.398.676)
Administrativas e gerais	(2.560.034)	(2.527.694)
Perdas no recebimento de mensalidades	(3.975.687)	(7.550.347)
Resultado financeiro	796.969	871.983
Programas com restrição	(14.712)	(1.100)
(-) Outras despesas não operacionais	**(16.139.024)**	**(15.620.526)**
Outras despesas não operacionais	(90.755)	(44.676)
Isenção usufruída	(16.048.269)	(15.575.850)
(=) Superávit da área educacional	**3.833.554**	**12.664.401**

Continua...

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

...continuação

			reapresentado
		2018	2017
Receita bruta da área de saúde		**108.230.407**	**108.960.926**
Planos de saúde		32.528.933	31.220.671
Sistema Único de Saúde		68.085.737	71.514.167
Particulares		5.593.804	4.387.285
Outras receitas de saúde		304.746	71.452
Doações		1.717.187	1.767.351
(-) Custos		**(120.970.030)**	**(116.498.395)**
(=) Déficit bruto da área da saúde		**(12.739.623)**	**(7.537.469)**
(-) Despesas operacionais da área da saúde		**(9.192.886)**	**(9.519.900)**
Administrativas e gerais		(1.666.444)	(1.888.367)
Resultado financeiro		(6.287.813)	(5.546.638)
Programas com restrição		(1.238.629)	(2.084.895)
(+) Outras receitas operacionais		**21.915.002**	**20.188.777**
Outras receitas não operacionais	22	2.717.265	1.602.293
Isenção usufruída		15.188.365	14.980.707
Programa com restrição		4.009.372	3.605.777
(-) Outras despesas operacionais		**(15.284.756)**	**(15.012.122)**
Outras despesas operacionais		(96.391)	(31.415)
Isenção usufruída		(15.188.365)	(14.980.707)
(=) Déficit da área da saúde		**(15.302.263)**	**(11.880.714)**
(=) (Déficit) superávit do exercício		**(11.468.709)**	**783.687**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

		reapresentado
	2018	2017
(Déficit) superávit do exercício	(11.468.709)	783.687
Realização da reserva de reavaliação	290.340	325.399
Resultado abrangente do exercício	(11.178.369)	1.109.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Déficit acumulado	Patrimônio liquido
Saldos em 1º de janeiro de 2017 - reapresentado	**17.046.987**	**41.176.256**	**(8.962.056)**	**49.261.187**
Realização da reserva de reavaliação	-	(325.399)	325.399	-
Superávit do exercício	-	-	783.687	783.687
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado	**17.046.987**	**40.850.857**	**(7.852.970)**	**50.044.874**
Realização da reserva de reavaliação	-	(290.340)	290.340	-
Déficit do exercício	-	-	(11.468.708)	(11.468.708)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**17.046.987**	**40.560.517**	**(19.031.338)**	**38.576.166**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Atividade de ensino	
	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	3.833.554	12.664.401
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.502.426	1.302.804
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	(1.164)	5.058
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	1.918.300	(29.727)
Reversão de provisão para demandas judiciais	(481.770)	(305.223)
(Déficit) superávit do exercício ajustado	**6.771.346**	**13.637.313**
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento em mensalidades e acordos a receber	(1.795.167)	(1.994.518)
Redução em convênios a receber com restrição	597.267	600.160
(Aumento) redução em estoques	(17.204)	20.063
Aumento em outros ativos	(40.913)	(553.348)
Aumento em fornecedores	19.930	62.294
Aumento em obrigações sociais e provisão de férias	84.602	282.354
Aumento em impostos e contribuições a recolher	66.885	111.120
Redução em recursos de proj. em execução com restrição	(774.141)	(639.554)
(Redução) aumento em outras obrigações	(411.906)	718.318
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**4.500.701**	**12.244.202**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(635.625)	(1.015.260)
Aumento em intangível	(387.357)	42.094
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	**(1.022.982)**	**(973.166)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Transações entre entidades (saúde e educação)	-	(15.065.785)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(1.497.178)	(1.604.740)
Juros e variação monetária	2.931	150.523
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas ativ. de financiamentos	**(1.494.247)**	**(16.520.002)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**1.983.472**	**(5.248.966)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	2.456.805	473.333
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	473.333	5.722.299
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**1.983.472**	**(5.248.966)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Atividade de saúde	
	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
(Déficit) do exercício	(15.302.263)	(11.880.714)
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	2.085.720	2.174.089
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	41.167	34.661
Provisão para devedores duvidosos	(2.171.659)	(572.399)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	864.413	(143.143)
(Déficit) superávit do exercício ajustado	**(14.482.622)**	**(10.387.506)**
Variações nos ativos e passivos:		
Redução (aumento) em mensal., acordos e atend. a receber	4.865.990	1.115.448
Redução (aumento) em convênios a receber com restrição	(461.401)	(1.481.939)
(Aumento) redução em estoques	(663.665)	63.532
Redução em outros ativos	83.809	1.007.618
Aumento em fornecedores	1.694.290	907.664
Aumento em obrigações sociais e provisão de férias	(6.832)	317.361
Aumento em impostos e contribuições a recolher	2.303	88.757
(Redução) aumento em recursos de proj. em execução com restrição	485.210	1.145.001
(Redução) aumento em outras obrigações	60.734	60.431
Disponibilidades líquidas (aplic.) geradas pelas atividades operacionais	**(8.422.186)**	**(7.163.633)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(954.494)	(2.402.951)
Aumento em intangível	(460.821)	(583.332)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	**(1.415.315)**	**(2.986.283)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Transações entre entidades (saúde e educação)		15.065.785
Captação de empréstimos e financiamentos	52.752.267	-
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(41.966.483)	(10.498.181)
Juros e variação monetária	5.714.369	6.354.231
Disponibilidades líquidas geradas (aplic.) pelas ativ. de financiamentos	**16.500.153**	**10.921.835**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**6.662.652**	**771.919**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	12.563.353	5.900.701
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	5.900.701	5.128.782
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**6.662.652**	**771.919**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	2018	reapresentado 2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
(Déficit) superávit do exercício	(11.468.709)	783.687
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	3.588.146	3.476.893
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	40.003	39.719
Provisão para devedores duvidosos	(253.359)	(602.126)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	382.643	(448.366)
(Déficit) superávit do exercício ajustado	(7.711.276)	3.249.807
Variações nos ativos e passivos:		
Redução (aumento) em mensal., acordos e atend. a receber	3.070.823	(879.069)
Redução (aumento) em convênios a receber com restrição	135.867	(881.779)
(Aumento) redução em estoques	(680.869)	83.595
Redução em outros ativos	42.895	454.268
Aumento em fornecedores	1.714.220	969.958
Aumento em obrigações sociais e provisão de férias	77.770	599.715
Aumento em impostos e contribuições a recolher	69.188	199.877
(Redução) aumento em recursos de proj. em execução com restrição	(288.931)	505.447
(Redução) aumento em outras obrigações	(351.172)	778.750
Disponibilidades líquidas (aplic.) geradas pelas atividades operacionais	**(3.921.485)**	**5.080.569**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(1.590.119)	(3.418.211)
Aumento em intangível	(848.178)	(541.238)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	**(2.438.297)**	**(3.959.449)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	52.752.267	-
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(43.463.661)	(12.102.922)
Juros e variação monetária	5.717.300	6.504.754
Disponibilidades líquidas geradas (aplic.) pelas ativ. de financiamentos	**15.005.906**	**(5.598.168)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**8.646.124**	**(4.477.048)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	15.020.158	6.374.034
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	6.374.034	10.851.082
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**8.646.124**	**(4.477.048)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

1. Contexto operacional

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. É uma entidade sem fins lucrativos com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos: *(i)* Manter a Universidade Vale do Sapucaí, bem como outras instituições de ensino por ela criadas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todos os ramos do saber e da divulgação científico-cultural; *(ii)* Criar e manter estabelecimentos de suporte e conjugação com a área de ensino, pesquisa e extensão, ou em quaisquer áreas de atividades, caso delibere convenientes e necessários à sua existência; *(iii)* Criar e manter programas educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e a comunidade; e *(iv)* Cuidar de atividades ligadas ao ensino, desenvolvendo, por todos os meios, atividades de intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras.

2. Base de apresentação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PME), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, nota 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da

Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 08 de março 2019. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas as apreciação e aprovação do Conselho Diretor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As operações da Fundação são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras estão expressas em Real, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Fundação.

2.2. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

A Fundação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas que ainda não está em vigor. A natureza e a vigência da nova norma e alterações estão descritas a seguir:

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRS's e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeito retrospectivo, estabelece que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais e, excluindo-se, por opção da Fundação, os contratos de pequeno valor ou com prazo inferior ou igual há doze meses.

Esta norma é efetiva para o exercício anual iniciado a partir de 2019, e não foi aplicado na apresentação destas informações contábeis e o impacto da adoção ainda não foi mensurado. É esperado que não haja alterações relevantes na adoção da norma supracitada.

2.3. Ativos e passivos financeiros

2.3.1. Classificação

A Fundação classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.3.2. Reconhecimento e Mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Fundação se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Fundação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos

financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas" no período em que ocorrem. Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento, se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Fundação estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Fundação.

2.3.3. *Impairment* de ativos financeiros

A Fundação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Fundação usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(i) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A Fundação documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge.

As variações no valor justo dos derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do hedge.

Em 31 de dezembro de 2018, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

2.4. Reapresentação dos valores comparativos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, em função de ajustes efetuados de forma retrospectiva devido a serviços prestados em competências divergentes as registradas, que não foram contabilizadas no resultado do exercício no valor de R$ 647.724 em 2017, R$ 815.710 em 2016 (saldos iniciais de 2017) e R$ 1.926.774 nos anos anteriores ao exercício de 2016, conforme demonstrado a seguir:

(a) No balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
Descrição	Como originalmente apresentado	ajustes	reapresentado	Como originalmente apresentado	ajustes	reapresentado
Ativo						
Circulante	46.293.818	-	46.293.818	49.915.179	-	49.915.179
Não circulante	81.483.995	-	81.483.995	80.071.734	-	80.071.734
Total do ativo	**127.777.813**	**-**	**127.777.813**	**129.986.913**	**-**	**129.986.913**
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	44.149.905	3.390.208	47.540.113	41.262.116	2.742.484	44.004.600
Não circulante	30.192.826	-	30.192.826	36.721.126	-	36.721.126
Patrimônio líquido	53.435.082	(3.390.208)	50.044.874	52.003.671	(2.742.484)	49.261.187
Total do passivo e patrimônio líquido	**127.777.813**	**-**	**127.777.813**	**129.986.913**	**-**	**129.986.913**

(b) Na demonstração do resultado (Saúde)

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
Descrição	Como originalmente apresentado	ajustes	Reapresentado	Como originalmente apresentado	ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	108.960.926	-	108.960.926	106.453.595	-	106.453.595
Custo dos serv. Prestados	(115.850.671)	(647.724)	(116.498.395)	(106.199.580)	(815.710)	(107.015.290)
Despesas operacionais	1.203.393	-	1.203.393	2.958.272	-	2.958.272
Resultado financeiro	(5.546.638)	-	(5.546.638)	(5.262.923)	-	(5.262.923)
Lucro líquido do exercício	**(11.232.990)**	**(647.724)**	**(11.880.714)**	**(2.050.636)**	**(815.710)**	**(2.866.346)**

(c) Nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa

Essas demonstrações foram reapresentadas pelos efeitos comentados nas alíneas anteriores (a) e (b).

3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

(a) Análise do risco de crédito para determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (b).
(b) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. Nota 4 (d)
(c) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. Nota 4 (m).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

b) Clientes

Segregadas por natureza (SUS, convênios e mensalidades das instituições de ensino) das respectivas transações, sendo que os encargos, quando devidos, foram reconhecidos como receita financeira do exercício pelo regime da competência. A provisão para

créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades a receber e contas a receber de atendimentos hospitalares.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

d) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea efetuada por peritos independentes, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

f) Empréstimos e financiamentos

Registrado pelo valor de captação e atualizados parcialmente pelos encargos contratuais incorridos e juros *pró-rata temporis* até a data do balanço.

g) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

h) Recursos de projetos em execução com restrição

São registrados nesta conta os valores repassados dos agentes cedentes em contrapartidas a bancos, aplicações financeiras e outros ativos vinculados a cada projeto.

As doações e as subvenções para custeio e investimentos são reconhecidas no resultado. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida de subvenção, de contribuição para custeio e investimento, é em específica do passivo. A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e em conformidade com os custos correspondentes.

i) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

j) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de

reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

l) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

m) Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação ocorre na medida em que os bens reavaliados forem sendo alienados, baixados ou depreciados.

n) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

o) Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenção Fiscais Usufruídas

A ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, foi alterada, o item 9b desta norma retirou a obrigação de registrar os valores das isenções (imunidades) usufruídas em contas de resultado, entretanto a portaria GM/MS nº 834/16, emitida pelo Ministério da Saúde ainda prevê a contabilização em contas de resultado, desta forma, optou por

manter no exercício de 2018, a renúncia fiscal relacionada com a atividade evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

p) Gratuidades Concedidas

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços, foi pelo valor efetivamente praticado.

q) Segregação de atividade

As contas de receitas e de despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como saúde e educação.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	46.291	68.414
Bancos conta corrente	748.802	2.760.134
Aplicações financeiras	12.425.431	1.379.166
Total	**13.220.524**	**4.207.714**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Fundação considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

6. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2018	2017
Vinculados aos projetos – nota explicativa 18	1.799.634	2.166.320

Em "Títulos e valores mobiliários" estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito

Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação e de acordo com a execução dos projetos.

7. Mensalidades a receber

Descrição	2018	2017
Unidade Central	4.778.761	4.608.069
Unidade Fátima	3.434.058	3.465.724
FIES	973.669	951.931
Colégio Vale do Sapucaí	2.699.669	2.501.157
Colégio João Paulo	535.350	484.215
Pós-Graduação	1.181.918	1.150.756
Outras	993.235	327.346
(-) Perdas estim. de crédito de liquidação duvidosa	(6.774.840)	(6.169.249)
Total	**7.821.820**	**7.319.949**

Representado por saldos a receber referentes aos serviços prestados de ensino.

8. Acordos a receber

	2018		2017	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Unidade Central	3.924.225	967.050	3.419.468	666.262
Unidade Fátima	2.760.529	445.127	2.701.990	445.127
Colégio Vale do Sapucaí	661.489	124.252	413.533	124.252
Colégio João Paulo	363.448	18.082	334.034	18.082
Pós-Graduação	391.130	120.836	322.895	120.836
Isepec	28.489	3.697	29.625	3.698
Acord.Mensal.TASP -Univás	883.323	6.912	916.144	6.912
Acord. Mensal.TASP – CVS	56.625	-	47.768	-
Acordos - TASP - CJP	2.860	-	2.860	-
Acordos - TASP - Isepec	-	-	2.100	-
Renegociação Estudantil	-	102.705	-	102.705
Outros	140.734	419	128.800	418
Ajuste a valor presente	(282.341)	-	(282.341)	-
(-) Perdas estim. de crédito de liquidação duvidosa	(7.326.486)	-	(5.507.059)	-
Total	**1.604.025**	**1.789.080**	**2.529.817**	**1.488.292**

Representado por saldos a receber referentes a acordos de mensalidades não recebidas.

9. Atendimentos hospitalares a receber

Descrição	2018	2017
Convênios	8.837.303	9.380.446
Pacientes particulares	98.117	94.444
Convênio SUS	22.910.657	27.237.177
Secretaria de Estado da Saúde	148.887	148.887
(-) Perdas estim. de crédito de liquidação duvidosa	(13.127.567)	(15.299.226)
Total	**18.867.397**	**21.561.728**

10. Convênios a receber com restrição

Descrição	2018	2017
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urg. e Emerg.)	443.000	443.000
Fapemig 5113/08 – Univas	-	41.935
Fapemig 11013-10 – Univas	3.900	10.597
Fapemig 5163-11 – Univas	14.300	62.308
Conv. a rec. PEP – Univas	258.634	258.634
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência)	566.467	566.467
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e	690.263	690.263
Fapemig bolsas TC Nº 5.298/15	408.650	830.500
Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290	701.926	259.842
Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2017 (UNACON - Unid. Assist. Alta Complex. Oncologia)	1.322.475	1.322.475
Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2017 (Bloco de média e alta complex. Ambul. e hosp.)	978.504	978.504
Fapemig CPE ACN 0002-17	46.563	46.563
Fapemig APQ-00235-17 - Univás	150.000	-
Projeto BBSA - C/C 5322-8 PRONAS	19.317	-
Convênio Apex - Univás - Peiex Sul MG 00003247-0	-	228.778
Total	**5.603.999**	**5.739.866**

Em consonância com a ITG 2002 – 27e, divulgamos abaixo as finalidades de cada projeto firmado com a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí e suas Mantidas:

T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urgência e Emergência) – Hcsl: Melhorias em equipamentos e mão de obra para atendimentos de pacientes adultos e infantis.

T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência e Emergência) – Hcsl: Reformas dos setores de Urgência e Emergência do Hospital.

T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e Emergência) – Hcsl: Aquisição de equipamentos para melhoria nos atendimentos de Urgência e Emergência.

Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290 – Hcsl: Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade do Hospitais SUS/MG.

Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2017 (UNACON - Unid. Assist. Alta Complex. Oncologia)- Hcsl: Apoio a atendimento de pacientes oncológicos com alta complexidade.

Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2017 (Bloco de média e alta complex. Ambul. e hosp.) – Hcsl: Apoio a atendimento a pacientes de média e alta complexidade ambulatorial.

Projeto BBSA - C/C 5322-8 PRONAS – Hcsl: Projeto de Capacitação e treinamento de Equipe Multidisciplinar visando melhor atendimento à pessoa com deficiência física e/ou neurológica.

Fapemig 5113/08 – Univas: Apoio e fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa, a difusão e a capacitação tecnológica.

Fapemig 11013-10 – Univas: Programa de Bolsa Institucionais de Iniciação Científicas Júnior - BIC JÚNIOR.

Fapemig 5163-11 – Univas: Apoio e fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa, a difusão e a capacitação tecnológica.

Conv. a rec. PEP – Univas: Desenvolvimento do Programa de Educação Permanente para Médicos de Família.

Fapemig Bolsas T.C. Nº 5.298/15 – Univás: Apoio e fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa, a difusão e a capacitação tecnológica.

Fapemig Processo MPR 00155/16 - Modalidade Apoio ao Mestrado Profissional – Univás: Apoio ao Curso de Mestrado Profissional.

Fapemig CPE ACN 0002-17 – Univás: Apoio ao Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT"s.

Fapemig APQ-00235-17 – Univás: Apoio de projeto de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação.

Convênio Apex - Univás - Peiex Sul MG 00003247-0 – Univás: Projeto de Extensão Industrial Exportadora.

11. Estoques

Descrição	2018	2017
Central de abastecimento	2.225.682	1.544.203
Outros	14.341	14.951
Total	**2.240.023**	**1.559.154**

12. Outros créditos

	2018		2017	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cheques custodiados	192.400	-	259.031	-
Aluguéis	1.000	-	937	-
Cheques em cobrança	191.990	-	95.944	-
Adiantamento a fornecedores	23.369	-	23.853	-
Cartão de crédito/débito	687.233	-	588.909	-
Adiantamentos a colaboradores	11.530	-	14.431	-
Valores a rec. – incent. Governamental *(i)*	100.000	-	100.000	-
(-) Perdas estim. de créd. de liq. duvidosa	(834)	-	(3.677)	-
Depósitos Judiciais *(ii)*	-	753.869	-	923.304
Total	**1.206.688**	**753.869**	**1.079.428**	**923.304**

(i) Valor a receber em aberto, conforme estabelecido na resolução SES n° 3511 de 14 de novembro de 2012.

13. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa média deprec. anual	2018 Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	2017 Líquido
Máquinas mot. aparelhos	8,74%	15.415.694	(10.926.183)	4.489.511	5.255.803
Computadores e periféricos	23,55%	3.229.295	(2.629.751)	599.544	548.068
Edifícios	2,48%	27.785.787	(5.389.458)	22.396.329	23.094.411
Bibliotecas	10%	1.732.925	(1.419.959)	312.966	360.386
Mobiliário Geral	11,23%	4.906.672	(3.277.477)	1.629.195	1.735.093
Veículos	20%	235.358	(178.778)	56.580	38.909
Terrenos	-	37.190.559	-	37.190.559	37.190.559
Instal. Esp. Áreas de Lazer	2,48%	1.009.902	(142.701)	867.201	883.037
Obras em andamento	-	1.185.768	-	1.185.768	1.185.768
Veículos c/ restrição	20%	60.000	(49.133)	10.867	22.867
Bibliotecas c/ restrição	10%	31.501	(9.450)	22.051	25.209
Mobiliário geral c/ restrição	10%	648.129	(83.575)	564.554	446.373
Edifícios c/ restrição	4%	543.600	(69.629)	473.971	491.366
Obras c/ restrição	-	1.232.714	-	1.232.714	1.232.714
Máq. Mot. Ap. c/ restrição	10%	5.967.385	(1.502.410)	4.464.975	4.270.764
Comput. Perif. c/ restrição	20%	244.764	(95.273)	149.491	122.346
Total		**101.420.053**	**(25.773.777)**	**75.646.276**	**76.903.674**

A Fundação registrou reavaliação espontânea baseada em laudos emitidos por peritos independentes: em 31 de dezembro de 2014, dos bens imóveis; em 31 de dezembro de 2006, dos bens máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e móveis e utensílios; e em 31 de janeiro de 2007, dos bens veículos. Em contrapartida da mais valia do imobilizado foi registrada a reserva de reavaliação.As vidas úteis e valor residual foram revisados seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado.

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	Adições	Baixas	2018
Máquinas mot. aparelhos	15.333.436	279.307	(197.049)	15.415.694
Comp. e periféricos	3.030.027	212.410	(13.142)	3.229.295
Edifícios	27.785.787	-	-	27.785.787
Bibliotecas	1.690.105	43.277	(457)	1.732.925
Mobiliário Geral	4.835.473	129.272	(58.073)	4.906.672
Veículos	190.358	45.000	-	235.358
Terrenos	37.190.559	-	-	37.190.559
Instal. Esp. Áreas de Lazer	1.009.902	-	-	1.009.902
Obras em andamento	1.185.662	106	-	1.185.768
Veículos c/ restrição	60.000	-	-	60.000
Bibliotecas c/ restrição	31.501	-	-	31.501
Mob. geral c/ restrição	495.665	155.849	(3.385)	648.129
Edifícios c/ restrição	543.600	-	-	543.600
Obras c/ restrição	1.232.714	-	-	1.232.714
Máq. Mot. Ap. c/ restr.	5.299.721	667.664	-	5.967.385
Comput. Perif. c/ restrição	187.530	57.234	-	244.765
Total	**100.102.040**	**1.590.119**	**(272.106)**	**101.420.053**

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2017	Adições	Baixas	2018
Máquinas mot. aparelhos	(10.077.527)	(1.022.610)	173.954	(10.926.183)
Comp. e periféricos	(2.481.959)	(164.739)	16.947	(2.629.751)
Edifícios	(4.691.376)	(698.082)	-	(5.389.458)
Bibliotecas	(1.329.719)	(90.240)	-	(1.419.959)
Mobiliário Geral	(3.100.380)	(217.281)	40.184	(3.277.477)
Veículos	(151.449)	(27.329)	-	(178.778)
Terrenos	-	-	-	-
Instal. Esp. Áreas de Lazer	(126.864)	(15.837)	-	(142.701)
Obras em andamento	-	-	-	-
Veículos c/ restrição	(37.133)	(12.000)	-	(49.133)
Bibliotecas c/ restrição	(6.292)	(3.158)	-	(9.450)
Mobiliário geral c/ restrição	(49.292)	(35.301)	1.018	(83.575)
Edifícios c/ restrição	(52.234)	(17.395)	-	(69.629)
Obras c/ restrição	-	-	-	-
Máq. Mot. Ap. c/ restrição	(1.028.958)	(473.452)	-	(1.502.410)
Comput. Perif. c/ restrição	(65.183)	(30.090)	-	(95.273)
Total	**(23.198.366)**	**(2.807.514)**	**232.103**	**(25.773.777)**

14. Intangível

			2018	2017
Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	6.410	-	6.410	6.410
Softwares	5.391.912	(4.086.427)	1.305.485	1.181.301
Softwares c/ restrição	1.417.785	(493.408)	924.377	981.014
Bibliotecas	127.851	(127.851)	-	-
Total	**6.943.958**	**(4.707.686)**	**2.236.272**	**2.168.725**

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa de juros mensal	Taxa de juros anual	Datas de vencimento	2018 Circulante	2018 Não circulante	2017 Circulante	2017 Não circulante
Caixa Economica Federal (Capital de giro)	1,45%	18,86%	10/11/2023	6.509.069	46.243.198	12.318.893	25.368.951
Investimentos				-	-	58.517	-
Total				**6.509.069**	**46.243.198**	**12.377.410**	**25.368.951**

Os encargos contratuais (C.E.T - Custo Efetivo Total) de capital de giro são de 18,86% a.a. Firmou-se como garantia obrigatória a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis junto ao Ministério da Saúde e acessoriamente a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre recebíveis de planos de saúde, depósitos e aplicações financeiras. Os vencimentos finais dos empréstimos do não circulante são de janeiro de 2020 a novembro de 2023.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2018	2017
Saldos iniciais	**37.746.361**	**43.344.529**
(+) Captação de empréstimos e financiamentos	52.752.267	-
(-) Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(43.463.661)	(12.102.922)
(+) Juros e variação monetária	5.717.300	6.504.754
Total	**52.752.267**	**37.746.361**

A Administração da Fundação, no exercício de 2018 optou por fazer a liquidação dos empréstimos junto à Caixa Econômica Federal dos seguintes contratos: 26.0147.610.0000013/52, 26.0147.610.0000014/33, 26.0147.610.0000015/14, 26.0147.610.0000017/86, 26.0147.610.0000018/67, com valor de prestação mensal total de R$ 1.628.407,99. Com isso, cedeu os direitos creditórios constituídos pelos recursos financeiros provenientes da prestação de serviços de atendimento ambulatorial e internações hospitalares do Sistema Único de Saúde - SUS e acessoriamente os recebíveis de planos de saúde e outros direitos creditórios assim como cessão fiduciária de depósitos e aplicações financeiras, em favor da Caixa Econômica Federal com a finalidade de unificar os empréstimos e obter carência de 3 meses. Com base no termo e consoante ao instrumento contratual, os recursos financeiros referente às parcelas mensais serão repassados à CAIXA pelo Fundo Nacional de Saúde até o dia 10 (dez) de cada mês, até que ocorra a quitação do mútuo.

16. Fornecedores

	2018		2017	
		Não	reapresentado	Não
Modalidade	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Nacionais	8.319.385	-	9.748.286	152.507
Serviços	3.307.362	-	11.734	-
Total	**11.626.747**	**-**	**9.760.020**	**152.507**

A Fundação nas datas de 31 de dezembro de 2018 não possuía nenhuma transação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

17. Obrigações sociais e provisões de férias

Descrição	2018	2017
Salários a pagar	4.241.365	4.317.644
RCT	14.309	1.913
Sindicatos a pagar	52.655	50.960
Acordos judiciais – trabalhistas	110.022	49.108
Residência/ Serv. Médicos a pagar	240.232	240.251
FGTS a recolher	760.964	777.406
INSS a recolher	583.805	560.962
FGTS parcelamento	3.089	3.089
Outros	126.661	107.925
Provisão de férias e encargos	5.552.643	5.498.717
Total	**11.685.745**	**11.607.975**

18. Outras obrigações

	2018		2017	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósitos não identificados	547.096	-	509.639	-
Adiant. de mensalidades	1.276.895	76.248	1.412.215	134.160
Seguros a pagar	7.990	-	7.890	-
Credores diversos	503.892	-	635.318	-
Aluguéis	38.795	-	38.209	-
Adiantamento de matrículas	1.144.196	-	1.241.322	-
Diversos	221.538	-	189.069	-
Total	**3.740.402**	**76.248**	**4.033.662**	**134.160**

19. Recursos de projetos em execução com restrição

Descrição	2018	2017
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urgência e Emergência) Hcsl	462.701	462.462
Projeto Telemedicina para hospitais de MG (Timemania)	28.565	27.172
Portaria nº 2.693, de 17/11/ 2011 (Influenza)	266.797	198.797
Fapemig 5113/08 - Univas	41.935	41.935
Fapemig 11013/10 - Univas	10.597	10.597
Fapemig 5163-11 - Univas	62.308	62.308
Programa de Educ. Permanente para Médicos de Familia - PEP - Univas	334.154	330.871
Resolução SES nº 3.238 18/04/12 - Saúde Bucal	146.736	140.728
Portaria Nº 3.088, de 23/12/11-Rede de atenção Psicossocial	34.582	37.840
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e Emergência)	690.290	690.292
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência e Emergência)	566.618	566.689
T.C.807912/14 - Aquisição de Medic. e Material (UAES)	-	-
Fapemig Bolsas T.C. Nº 5.298/15	449.501	836.147
T.C.826528/15 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (UAES)	386.323	778.377
T.C 822084/15 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (UAES)	-	207.514

Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290	1.247.776	259.842
Fapemig Processo MPR 00155/16 - Modalidade Apoio ao Mestrado Profissional	-	116.970
Projeto Convênio 834573/2016	216.541	496.724
Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2017 (UNACON - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia)	1.322.475	1.322.475
Fapemig CPE ACN 0002-17	46.563	46.562
Fapemig APQ-00235-17 - Univás	19.317	-
CEF - 2377-3 IV Termo Aditivo 152/2014 FMS- HCSL - Aplicação	40.817	
T.C. 862345/2017 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	150.000	-
Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2017 (Bloco de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar)	978.503	978.503
Projeto BBSA - C/C 5322-8 PRONAS	113.900	-
Convênio Apex - Univás - Peiex Sul MG 00003247-0	-	293.125
Total	**7.616.999**	**7.905.930**

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e outras instituições, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

20. Provisão para demandas judiciais

Descrição	2018	2017
Cíveis *(i)*	3.084.129	2.591.187
Trabalhistas *(i)*	1.835.722	1.944.757
Tributário	-	1.264
Total	**4.919.851**	**4.537.208**

(i) A Fundação está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatória e trabalhista. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para demandas judiciais para fazer face a eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Fundação.

Ainda, conforme os assessores jurídicos há demandas cíveis e trabalhistas com expectativa de perda possível, cujos valores originais são de R$ 5.851.611 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 3.232.001 em 2017). E também, há depósitos judiciais trabalhistas no montante de R$ 753.869 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 923.304 em 2017). Os desfechos das demandas não são praticáveis de serem estimados no momento diante das características especialíssimas da justiça, em especial do trabalho.

(ii) A Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação do INSS que totalizam R$ 143.584.569 em 31 de dezembro de 2018. Os assessores jurídicos, com base no mérito e nas provas, são da opinião de que o desfecho destes processos é de perda remota. Desta forma, a Administração também optou em não constituir nenhuma provisão para contingência.

(iii) *Indeferimento na certificação do CEBAS*

Através da portaria nº 829 de 28 de novembro de 2018, o secretário de regulamentação e supervisão da educação superior, indeferiu o pedido de concessão/renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) para a Fundação, por contrariar os requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 contendo os fundamentos na respectiva Nota Técnica 1846/2018-SERES/MEC sobre o processo 23123.001405/2012-16. A administração da entidade no prazo estabelecido apresentou recurso de defesa sobre o indeferimento, o qual tramita na esfera administrativa.

A Fundação no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Fundação para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

	Depósitos judiciais	Provisão para contingência
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**575.089**	**4.985.574**
Diminuição	373.852	1.655.016
Aumento	722.067	1.206.650
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**923.304**	**4.537.208**
Diminuição	966.533	2.232.421
Aumento	797.098	2.615.064
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**753.869**	**4.919.851**

21. Patrimônio Líquido

a. Patrimônio social: Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros. E ainda, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits, conforme determina a legislação vigente.

b. reserva de reavaliação: A Administração da Entidade, com base na faculdade prevista na Lei n° 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

c. Déficit acumulados: Corresponde aos superávits ou déficits do exercício, que são transferidos para o patrimônio social após a aprovação das contas pelo Conselho Diretor, conforme determina a legislação vigente.

22. Doações e contribuições recebidas

Descrição	2018	2017
Atualização monetária estoques - Hcsl	(96)	404
Recuperação de Despesas - Hcsl	6.318	6.421
Serv. Lavand. Xeroc. Odont. e crachá - Hcsl	1.646	1.707
Indenização de aviso prévio - Hcsl	46.668	38.581
Exames laboratoriais - Hcsl	117.080	73.225
Receitas diversas - Hcsl	93.606	88.799
Receitas de vale refeição - Hcsl	63.566	64.475
Reversão da PCLD - Hcsl	2.388.477	1.328.682
Total	**2.717.265**	**1.602.293**

23. Doações e contribuições recebidas

Descrição	2018	2017
Doações de pessoa física	79.411	85.651
Doações de pessoa jurídica	1.712.019	1.751.587
Total	**1.791.430**	**1.837.238**

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 4º, conforme demonstrativo.

24. Demonstrativo das contribuições previdenciárias

Exercícios					
2014	2015	2016	2017	2018	Total
24.033.529	26.191.733	29.069.515	30.556.557	31.236.634	**141.087.968**

O Recurso interposto contra a Portaria 30 de 12 de janeiro de 2012 que indeferiu a renovação do CEBAS constante das anotações dos Balanços anteriores, por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança no 10.375/DF, confirmada no julgamento da Reclamação no 15.624/MG, foi julgado procedente a favor da FUVS, conforme publicação no DOU de 04 de agosto de 2016 nos seguintes termos:

> "Processo no: 71000.077760/2009-08
> Interessada: Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.
> Assunto: Pedido de renovação de CEBAS. Recurso. Deferimento por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança no 10.375/DF, confirmada no julgamento da Reclamação no 15.624/MG.

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, com fulcro no art. 50, § 1o, da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos termos do Parecer no 756/2016/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério da Educação, cujos fundamentos adoto, e por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança no 10.375/DF, confirmada no julgamento da Reclamação no 15.624/MG, cuja força executória foi atestada pelo Parecer PGFN/CRJ no 255/2016, conheço do recurso interposto pela entidade e dou-lhe provimento, para reformar a decisão constante na Portaria SESu no 30, de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no 10, de 13 de janeiro de 2012, Seção 1, página 15." (DOU, Seção 1 de 04 de agosto de 2016) (G.ns.)

25. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa

que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas à revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

26. Contribuições sociais usufruídas (isentas)

Conforme o artigo 29 da Lei Nº 12.101/09 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- COFINS – 3%

27. Obrigações da saúde para fins de CEBAS

A Entidade em atendimento a licitação nº 09/2014 - contrato 152/2014, OBJETO: contratação de hospital para execução de atividades e serviços referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

28. Cumprimento de Metas com o SUS

Conforme determinação do Decreto Nº 8242/14 e da Portaria do MS 834/16, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no contrato de contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
N° de internações	14.555	648	3.013	18.216
N° de cirurgias	9.545	804	2.202	12.551
Total	**24.100**	**1.452**	**5.215**	**30.767**

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
N° de partos/curetagens/intercorrências/ano	**2.697**	**205**	**218**	**3.120**

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
SADT	1.042.939	19.060	171.750	**1.233.749**
Fisioterapia	152.431	395	24.854	**177.680**
Hemodinâmica	1.040	147	257	**1.444**
Litotripsia	576	27	45	**648**
Ambulatórios – n° atendimentos	97.448	-	-	**97.448**
Pronto socorro – n° atendimentos	90.681	2.290	80.630	**173.601**
Serviço de quimioterapia	9.900	-	-	**9.900**
Serviço de radioterapia	-	-	-	**-**
Serviço Terapia Renal Substitutiva	27.542	-	1.228	**28.770**
Total	**1.422.557**	**21.919**	**278.764**	**1.723.240**

Fonte: dados estatísticos do HCSL.

29. Da concessão dos recursos em assistência à saúde

Conforme determinação do artigo 4º da Lei n.º 12.101/09 artigos 19 do Decreto n.º 8.234/14, a Entidade cumpriu:

- As metas estabelecidas em contrato de contratualização;
- Ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do Sus no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei Nº 12.101/09 artigos 20 do Decreto Nº 8.242/14 e artigo 14º da Portaria do MS nº 834, de 27 de abril de 2016:

- Número de pessoas atendidas SUS e Ñ-SUS;
- Número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;
- Percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

Dados dos serviços prestados SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	14.555	76.378	-
Ambulatoriais	-	-	903.737

Fonte: DATASUS – Ministério da Saúde.

Dados dos serviços prestados não SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	3.661	11.743	-
Ambulatoriais	-	-	216.482

Fonte: Sistema Tasy / CIHA

Internações SUS	86,67%
Ambulatoriais SUS	81,83%
Percentual SUS final – antes da verificação do art 33.	96,67%
Percentual SUS final ao CEBAS.	104,17%

Fonte: dados DATASUS (AIH, CIH, CIHA, SAI)

30. Obrigações da educação para fins de CEBAS

Cadastro nos sistemas de informação

Conforme determinação do artigo 4º da Lei n.º 12.101/09 artigos 19 do Decreto n.º e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/14, artigo 41, a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://siscebas.mec.gov.br/).

Conforme previsto no artigo 30 § 4º do Decreto Federal n.º 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Entidade estão informadas no Censo da Educação Básica (Educacenso) e no Censo da Educação Superior E-MEC.

Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Entidade mantém controles internos dos mesmos, para que sejam inseridos na próxima abertura do sistema INEP.

Plano Nacional de Educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

Em atendimento no artigo 13 da Lei n.º 12.101/09 alterada pela Lei n.º 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/14 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

Análise do perfil socioeconômico

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise Socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

31. Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais.

A Entidade atende o artigo 13 e 13-A da Lei n.º 12.101/9 alterada pela Lei n.º 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/2014 e atinge os números de bolsa quantitativas (uma bolsa estudo integral para cada 5 alunos pagantes) conforme prescreve os incisos do caput e nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 13, conforme demonstrativo a seguir:

Educação Básica	Quantidade
Número de alunos matriculados	1346
Bolsas integrais da Lei 12.101/2009	225
Bolsas integrais (recursos próprios)	4
Inadimplentes 90 dias	38
Total de alunos pagantes em dez/2018	1079
Total mínimo de bolsistas integrais (1/9)	120
Bolsas integrais consideradas (1/9)	229
Total mínimo de bolsas integrais (1/5)	216
Cumprimento 1/5 -	229
Bolsistas parciais 50%	22
Bolsistas integrais 100%	229
Total de bolsas integrais concedidas considerando conversão das bolsas de 50%	240

Educação Superior	Quantidade
Número de alunos matriculados	2465
Bolsas integrais Prouni	277
Bolsas integrais (recursos próprios)	45
Inadimplentes 90 dias	69
Total de alunos pagantes em dez/2018	2074
Total mínimo de bolsistas integrais (1/9)	230
Prouni 1/9	277
Excedente de bolsas 1/9	47
Outros tipos de bolsas integrais – Institucionais e Convenção Coletiva	3
Bolsas parciais 50% (recursos próprios)	52
Outros tipos de bolsas parciais (Convenção Coletiva e outros)	50

Relatório sintético de alunos matriculados, pagantes e de bolsas de estudo conforme. Anexo V, item 3 da Portaria nº 15 de 11 de agosto de 2017

32. Remuneração da administração.

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. A administração da Fundação está a cargo de um Conselho Diretor. Este conselho é composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, que empossará os membros, com um mandato de quatro anos.

Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

33. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

34. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

José Walter da Mota Matos
Presidente

PAMELA CAMILA Q. S. NEVES
COORD. DE CONTABILIDADE
CRC MG 109.964/O-1

***

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedendo ao exame dos Balanços Patrimoniais da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, bem como das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit /ou Déficit e Demonstração do Fluxo de Caixa, realizados em **31 de dezembro de 2018**, dentro das exigências e princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, e fundamentalmente no Parecer dos Auditores, **BLB – Auditores Independentes**, somos de parecer que o Balanço Patrimonial bem como da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit e/ou Déficit e Demonstração do Fluxo de Caixa, relativo ao exercício supracitado, representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ** em 31 de Dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Isto posto, opinamos pela sua aprovação.

Para seu documento, firmamos o presente.

Pouso Alegre, 12 de Março de 2019.

Fabiano Pagliarini Garcia
Empresário – M -1.590.540

Leandro de Morais Pereira
Agente Político – MG – 13.012.945

José Carlos da Costa
Advogado – M-2.189.258